

# JORNAL DO PROCURADOR



PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | JUN/JUL 2013 | EDIÇÃO 62



## Unidos, procuradores resistem ao anteprojeto de LOPGE

### INSTITUCIONAL

Apesp:  
assegurando  
direitos aos  
seus associados  
aposentados  
página 3

### FORÇA NOVA

Em junho, 18  
novos procuradores  
tomaram posse na  
PGE SP  
página 4

### ESTRUTURA

Após 3 anos de  
gestão,  
atual Gabinete  
ainda não criou uma  
carreira de apoio  
página 8

### DIREITOS HUMANOS

Associado da Apesp  
e ex-procurador  
geral do Estado,  
Marcio Sotelo integra  
Comissão da Verdade  
da OAB Federal  
página 9

# Paranoia ou mistificação

Em 2013, faz 95 anos que Monteiro Lobato publicou no jornal *O Estado de S. Paulo*, sob o título de “PARANOIA OU MISTIFICAÇÃO”, a mais contundente crítica à obra da então jovem artista plástica Anita Malfatti, a propósito de exposição por ela protagonizada e que teve lugar na Rua Líbero Badaró, nos idos de 1917. A mesma Líbero Badaró, por sinal, que abriga a nossa Apesp e sua gloriosa história de lutas.

Expressando uma visão conservadora, estreita e mesmo provinciana da obra de Anita, Lobato, no artigo que acabou se tornando célebre, não só pelo tom cáustico que imprimiu ao texto, mas também pelo conteúdo reativo ao novo que o curso da história se encarregou de infirmar, acusava Malfatti de realizar uma arte que nada mais era que variação da caricatura, resultado de uma atitude estética inspirada nas extravagâncias de Picasso e companhia.

Passados 95 anos – mas muito, muito antes disso –, o que podemos dizer é que Picasso – ...e companhia, como Miró, Dali, Tarsila, Di Cavalcanti, Villa Lobos e tantos outros – são conhecidos, admirados e venerados em todo o mundo. Anita, por sua vez, tornou-se a mártir do Movimento Modernista Brasileiro, integrou o famoso grupo dos cinco – juntamente com Mário e Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e Menotti Del Picchia –, protagonizou a gloriosa Semana de Arte Moderna de 22 e prosseguiu, não sem sequelas, diga-se, sua carreira artística, até a morte.

Já da crítica ácida de Lobato ao trabalho de Anita nada mais restou que a peça literária, quase folclórica, exemplar genuíno da resistência intransigente e prepotente do *establishment* cultural e social da época, bem como da vaidade, da vaidade mórbida que encerra esse tipo de discurso que busca a deslegitimação do outro por meio do desmerecimento público do trabalho apresentado.

Relembrando esse episódio tão conhecido de nossa historiografia do século XX – o que ocorreu a partir de visita à simpática exposição sobre a vida e obra de Anita Malfatti que está em curso em Campos do Jordão neste inverno –, não pude deixar de pensar na correspondência entre esses remotos fatos e as críticas infundadas e depreciativas a que nós, procuradores do Estado de São Paulo, desafortunadamente, fomos coletiva e publicamente submetidos recentemente, também em razão de uma exposição, não de arte, é verdade, mas de uma exposição para a imprensa de algumas, de apenas algumas das inúmeras mazelas que maculam o nada democrático projeto de Lei Orgânica de lavra do sr. procurador geral do Estado. Exposição essa, aliás, que, honrando a tradição da Apesp e da Rua Líbero Badaró, vem ganhando considerável repercussão nos mais variados veículos da mídia paulista.

Mais que reviver as injustas e irreais invectivas, fruto, essas sim, da paranoia ou mistificação do Lobato de plantão, a hora é de prestigiarmos nossa exposição, de exibirmos sem peias, e cada vez com mais vigor e entusiasmo, a importância, a dignidade e a essencialidade do trabalho que a Constituição atribui à Procuradoria do Estado e à Advocacia Pública de modo geral, de denunciarmos as tentativas de desvirtuamento das atribuições do órgão, de fincarmos raízes e plantarmos novas sementes para edificação “DA PGE/SP QUE TEMOS PARA A PGE/SP QUE QUEREMOS”\*, tentando com isso que a história se repita e a crítica irascível e vetusta de que fomos vítimas não se torne nada além de curiosa e folclórica peça literária, alojada num escaninho qualquer de um mal ajambrado museu.

A exposição de 2013 com lugar na Rua Líbero Badaró, aliás, segue aberta ao público em geral, e por tempo indeterminado. E segue aberta exatamente para exibir, passo a passo, com documentos, fotos, abaixo-assinado, vídeos de entrevistas, áudios de sessões do Conselho e entrevistas, ata de assembleia, entre outras peças bem interessantes, a contundente resistência dos procuradores do Estado de São Paulo contra a tentativa maldisfarçada de aparelhamento político da nossa PGE/SP, de quase partidização da Advocacia Pública do Estado de São Paulo, num caminho perigoso e que, uma vez adotado, dificilmente terá volta.

Segue aberta também, para expor ainda, e por óbvio, uma coletânea dos principais elementos do combatido projeto, de forma a revelar, a descortinar, a desnudar o propósito pouco republicano de cooptação governamental do órgão de Advocacia Pública do Estado, com especial destaque para propostas como as de (i) flexibilização do controle da legalidade nas licitações, contratos, convênios, processos administrativos disciplinares, entre outros; (ii) fragilização das garantias dos ocupantes de postos de consultoria jurídica, submetidos todos a mera designação; (iii) concentração sem precedentes de poderes nas mãos do procurador geral do Estado (que segue simplesmente comissionado); (iv) defesa pelos procuradores das autoridades e ex-autoridades nas ações de improbidade, populares, entre outras (por decisão exclusiva do procurador geral); (v) retirada das assessorias jurídicas da Casa Civil; e (vi) criação de assessoria destinada exclusivamente à defesa do próprio procurador geral e do governador nas ações contra eles ajuizadas), propostas essas que, vistas no conjunto, não deixam dúvidas quanto aos objetivos pouco ortodoxos da proposição.

Por fim, nossa exposição segue outrossim aberta ao público, para apresentar sua impressionante ala construtivista, formada por instalações onde estão contemplados os mais modernos, inovadores e factíveis modelos de gestão para a Advocacia Pública de Estado, como a que trata da adequada formatação de carreira de apoio para esses órgãos, da implementação de planejamento setorial estratégico para as diversas áreas de atuação institucional, da redução sustentada da litigiosidade judicial, da recuperação coordenada e dirigida de ativos, da democratização na elaboração do orçamento anual, da ampliação das atribuições deliberativas do Conselho Superior, da previsão de ouvidor escolhido entre integrantes da sociedade civil com assento no Conselho Superior, da profissionalização da gerência administrativa da instituição, da informatização integral e compartilhada das áreas, do incentivo orientado ao aperfeiçoamento técnico-jurídico contínuo, dentre muitas outras. Dado o caráter interativo adotado para essa ala, ponto alto da exposição, por sinal, os visitantes, tanto procuradores, quanto pessoas do povo, são todos convidados e incentivados a contribuir ativa e democraticamente, num exercício delicioso de liberdade de crítica e expressão.

Isso porque, para nós, os inquilinos que com orgulho habitamos a histórica vivenda da Rua Líbero Badaró, democracia não é apenas uma palavra bonita escrita na Constituição, mas um valor, um valor que deve ser respeitado, prestigiado e exercitado cotidianamente, nos grandes e nos mínimos gestos.

**Márcia Maria Barreta Fernandes Semer é presidente da Apesp**

\*Paráfrase do título do livro do ex-governador e colega procurador do Estado de São Paulo André Franco Montoro, “Da democracia que temos para a democracia que queremos”, Paz e Terra, 1974.



DIRETORIA GESTÃO 2012/2013

PRESIDENTE

Márcia M. Barreta Fernandes Semer

VICE-PRESIDENTE

Tânia Henriqueta Lotto

SECRETÁRIA-GERAL

Shirley Sanchez Tomé

DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Cabral Granado

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Marcia Junqueira Sallowicz Zanotti

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIOS

Anna Candida Alves Pinto Serrano

DIRETOR DE PATRIMÔNIO E ESPORTES

Fábio Imbernom Nascimento

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Rafael Camargo Trida

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS

Sebastião Vilela Staut Jr.

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

Caio Cesar Guzzardi da Silva

CONSELHO ASSESSOR

Adriana Moresco

José do Carmo Mendes Junior

Márcio Henrique Mendes da Silva

Maria Christina Tibiriçá

Bahbouth

Maria Clara Gozzoli

Rogério Pereira da Silva

CONSELHO FISCAL

João Cesar Barbieri Bedran de Castro

Marcelo de Carvalho

Vinicius Lima de Castro

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis (jornalista responsável – MTB 30.748)

C Tsonis Produção Editorial ME

FOTOS

Acervo Apesp e Ricardo Lucas

REVISÃO

Francisca Evrard

ILUSTRAÇÃO DE CAPA

Fernando Mena

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

www.fontedesign.com.br

TIRAGEM

2.600 exemplares

Acesse a versão on-line do Jornal do PROCURADOR no site <[www.apesp.org.br](http://www.apesp.org.br)> Publicação periódica distribuída gratuitamente pela Apesp.

# Apesp: assegurando direitos aos seus associados aposentados

A Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo, tão logo tomou conhecimento, por meio da publicação no DOE de 11 de abril de 2012, de que o Centro de Recursos Humanos da Procuradoria Geral do Estado já reconheceu e incorporara aos vencimentos dos procuradores do Estado que exercem as funções de procurador do Estado chefe, de procurador do Estado assistente e de corregedor auxiliar, a Gratificação de Função de que trata a Lei Complementar n. 1.113, de 26 de maio de 2010, que alterou a Lei Complementar n. 724, de 13 de julho de 1993, aplicando novos coeficientes de cálculo, iniciou trabalho em prol de seus associados aposentados (ou suas pensionistas), que tivessem se aposentado antes da publicação da lei, mas que, quando em exercício, tivessem ocupado referidos cargos, exercendo tais funções, para que a gratificação *pro labore* fosse reconhecida, apostilada no prontuário e incorporada aos proventos a serem pagos pela São Paulo Previdência (SPPREV).

Os trabalhos tiveram início com comunicado divulgado em 23 de agosto de 2012, contendo alerta aos colegas aposentados, sobre o direito à incorporação da Gratificação de Função, nos termos do disposto na Lei Complementar n. 1.113/2010. Depois disso, a Diretoria da Apesp reuniu-se com a diretora do Centro de Recursos Humanos da Procuradoria Geral do Estado (CRH/PGE) e, com vistas a garantir e implementar o benefício a todos os que tivessem esse direito, ficou estabelecido, em comum acordo, que o CRH faria a identificação de todos os procuradores aposentados que no curso de sua vida funcional tivessem ocupado tais cargos e que, na sequência, seria analisada cada uma das situações funcionais, promovendo as incorporações da Gratificação de Função nos casos devidos, evitando-se assim que cada aposentado ou sua pensionista tivesse que requerer *sponte propria* a análise de sua situação. A Apesp acompanhou o trabalho, auxiliando o CRH, sempre que se fez necessário.

Para a identificação dos procuradores aposentados que tivessem exercido as funções em questão, foram levantados e verificados 800 (oitocentos) prontuários, sendo identificadas 63 (sessenta e três) situações, cuja análise seria providenciada para fins do reconhecimento ou não da aplicação da Lei Complementar n. 1.113/2010, conforme noticiado aos interessados por meio do Comunicado divulgado em 18 de fevereiro de 2013.

O Centro de Recursos Humanos da Procuradoria Geral do Estado (CRH/PGE) procedeu à análise dos 63 (sessenta e três) prontuários para verificação dos que haviam efetivamente exercido os cargos e função, tendo chegado ao seguinte resultado: foram identificados 18 (dezoito) procuradores que faziam jus à Gratificação, cujos prontuários foram encaminhados à SPPREV para as providências relativas à incorporação do valor nos próximos pagamentos. A publicação do apostilamento dos atos de incorporação foi feita no DOE de 12 de abril passado.

Ademais, foram identificadas situações de procuradores aposentados que não faziam jus à Gratificação de Função, por já terem décimos incorporados da referida gratificação, os quais vinham recebendo normalmente. Também foram identificadas situações de procuradores que não faziam jus à incorporação da Gratificação de Função porque já possuíam incorporada a Gratificação de Representação, que não poderia ser recebida cumulativamente e, por fim, também se identificou a situação de procuradores que não faziam jus à Gratificação de Função por terem décimos incorporados nos referidos cargos e função, sendo sua concessão anterior à vigência da LC n. 724/93, alterada pela LC n. 1.113/2010.

O CRH/PGE deu conhecimento à Apesp de todas as análises realizadas e por meio do Comunicado divulgado em 24 de abril de 2013, a Apesp noticiou e colocou à disposição de seus associados as informações prestadas pelo CRH.

# Atualização do cadastro de advogados credenciados da Apesp

A Apesp informa que realizará uma atualização do cadastro de seus advogados credenciados, com o propósito de oferecer aos seus associados uma prestação de serviço em todas as áreas do direito. Dessa forma, os procuradores aposentados que desejarem compor esse novo cadastro deverão manifestar seu interesse. Os dados necessários para o cadastramento são:

- 1) nome completo;
- 2) inscrição na OAB SP;
- 3) especialidade ou área de atuação no direito;
- 4) endereço do escritório de advocacia, bem como contatos telefônicos e endereços eletrônicos.

Vale destacar que a Apesp cadastrará também advogados que sejam familiares de procuradores. Para isso, deverá ser enviado um currículo com a indicação da área de atuação do profissional, além dos demais dados (já supracitados) necessários para o cadastro.

Para maiores informações e cadastramento, basta entrar em contato com a funcionária Sandra, pelo telefone (11) 3293-0800 ou pelo e-mail: <juridico@apesp.org.br>.



## Em junho, 18 novos procuradores tomaram posse na PGE SP



Força nova: 18 procuradores tomam posse em 17/06

No último dia 17/06, no auditório do CIEE, tomaram posse na PGE SP 18 novos procuradores. A solenidade, que contou com a presença da diretoria da Apesp, reuniu amigos e familiares dos empossados. A seguir, um relato elaborado pela presidente Márcia Semer sobre o evento:

“A cerimônia teve lugar no CIEE, na Rua Tabapuã, Itaim, com a presença dos srs. conselheiros natos e eleitos em número suficiente para formação do necessário quórum, dos empossados e familiares e dos representantes das entidades de classe, além das procuradoras do Estado chefe de gabinete, chefe do Centro de Estudos, diretora da ESPGE, do colega Jorge Eluf representando a OAB, entre outros colegas procuradoras e procuradores do Estado que compareceram para prestigiar os novos. Com a apresentação de vídeo institucional sobre o CIEE, tiveram início os trabalhos, ao que se seguiu a execução do Hino Nacional e a abertura da sessão pelo procurador geral do Estado. Na sequência os novos procuradores fizeram o juramento, que foi lido pelo procurador Renato Oliveira de Araújo, sendo que o procurador Lauro Tércio Bezerra Câmara proferiu o seu discurso em nome dos empossados – discurso esse que merece nossos cumprimentos –, exaltando a relevância e o papel da advocacia pública. A conselheira Dulce Ataliba Nogueira Leite leu a ata de posse. Seguiram-se, então, as falas dos representantes das entidades de classe. Pela Apesp eu, Márcia Semer, disse breves palavras de saudação aos novos colegas, referi-me, também com brevidade, à importância de nossa instituição, lembrando seus 65 anos de história e, antes de convidar os novos colegas a fazerem parte da Apesp, pontuei que todos ingressavam numa carreira constituída por profissionais probos. Pelo Sindproesp falou o colega Marcos Ribeiro de Barros, e esse foi o ponto alto da cerimônia para mim, para a Shirley Tomé, para o José Cabral, para o Caio Guzzardi (diretores da Apesp presentes) e tenho certeza que para muitos dos que lá estiveram. Marcos, em sua fala, transbordou em emoção. Foi às lágrimas e nos levou às lágrimas. A emoção o fez interromper a fala algumas vezes e fizemos questão, os diretores da Apesp, de aplaudi-lo de

pé ao final. Fez um discurso elegante, que não se desviou de passar mensagens pertinentes à ocasião para os novos, mas que, diante de tudo que estamos vivenciando na PGE nos últimos tempos, e principalmente nos últimos dias, foi uma feliz expressão do sentimento que toma conta da carreira. Para mim foi um momento único vivido na PGE, daqueles que nunca vou esquecer, porque me tocou demais a emoção sentida e incontida do colega, a afirmação sincera e superlativa da dignidade profissional, dita de frente e diretamente a quem merece ouvi-la. Após a fala do procurador geral de recepção aos novos procuradores, eles foram chamados para assinatura do livro de posse e participaram, juntamente com os familiares e amigos, de coquetel”.

**Excerto do discurso proferido pelo diretor do Sindproesp e associado da Apesp Marcos Ribeiro de Barros:** (...) vocês são, a partir de hoje, advogados do Estado Democrático de Direito. Lutem, a todo instante, para preservar os valores democráticos: o diálogo, a tolerância, o respeito às opiniões contrárias, a humildade, a generosidade, o respeito à Constituição e às leis, a lealdade às instituições. A democracia, na mesma proporção em que parece ser sólida, pode ser, de repente, frágil. Em qualquer lugar, em qualquer época, em qualquer instituição, basta que uma só pessoa, com alguma parcela de poder, refratária a qualquer opinião divergente, que veja o outro como um ser inferior, que use o diálogo com o único propósito de chancelar ideias preconcebidas e adrede imutáveis, basta só uma pessoa, às vezes, para arrancar a democracia, para pavimentar caminhos para o retrocesso e para prejudicar a vida de dezenas, de centenas, de milhares ou de milhões de pessoas. Fazendo coro a João Cabral de Melo Neto – “um galo sozinho não tece uma manhã” – e a Gonzaguinha – “as pessoas são as marcas das lições diárias de tantas outras pessoas”, desejo que vocês, na Procuradoria, exerçam a advocacia pública com a espinha ereta e o coração tranquilo, lutem sempre pelo fortalecimento da democracia, combatam sempre, com destemor, qualquer tentativa de diminuição da estatura constitucional do advogado público, e, principalmente, façam muitos amigos e sejam muito felizes (...)”.

**Excerto do discurso do colega Lauro Tércio Bezerra Câmara:** (...) É, sobretudo, uma honra passar a integrar uma instituição consagrada e tão fortemente respeitada, em especial no âmbito jurídico, como é a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. Órgão, este, que detém um quadro invejável de procuradores do Estado, ocupado por eminentes juristas assumidamente preocupados com a boa gestão da coisa pública. A propósito, é neles que nós – recém-empossados – devemos nos espelhar, sempre conscientes de nosso papel na instituição e imbuídos de um sentimento de solidariedade, com o escopo maior de influenciar na justa aplicação do direito. Digo isso ciente dos desafios de ocupar um cargo de extrema importância na consecução do interesse público. A advocacia pública, em seus contornos fundamentais, foi estrategicamente prevista pela Constituição Federal como função essencial à justiça, o que denota a sua relevância dentro da estrutura deste Estado Social e Democrático de Direito. Nesse caminho, teremos a difícil e gratificante missão, não apenas de representar o Estado de São Paulo e suas autarquias em juízo, mas, sobretudo, de colaborar ativamente na implementação das políticas públicas, com resultado direto na satisfação das necessidades primordiais do cidadão (...)”.



Em 28/06, no Espaço Apesp, foi realizado um coquetel para comemorar a confirmação dos associados que tomaram posse na PGE em 2010, bem como para homenagear os 23 procuradores recém-empossados (5 deles em 22/03 e 18 em 17/06).

## Em visita à PR3, Apesp promove reunião entre colegas da Unidade e o deputado Hélio Nishimoto

Em maio, a diretoria da Apesp (representada por sua presidente Márcia Semer, secretária geral Shirley Tomé, diretor financeiro José Cabral e diretora social e cultural Marcia Zanotti) visitou a PR3, em encontro que teve lugar na seccional de São José dos Campos e reuniu colegas de São José e Taubaté. Estiveram presentes também o presidente do Sindproesp Newton Jorge e o tesoureiro da entidade Marcos Ribeiro de Barros. Foi um encontro muito caloroso e proveitoso, pois além da oportunidade de reencontrar os amigos, foi possível trocar ideias sobre os principais temas que preocupam os procuradores na carreira. Abordou-se o atual estágio de tramitação da Lei Orgânica, os ofícios dirigidos ao governador pela Apesp e Sindproesp, bem como pelos conselheiros eleitos, pleiteando o retorno da proposta de Lei Orgânica para conhecimento e manifestação do órgão superior sobre as alterações promovidas pelo procurador geral e que são desconhecidas pela carreira: “Falamos, nesse contexto, da importância do abaixo-assinado que corre a carreira;

falamos ainda da questão remuneratória e da viabilidade jurídica de se conferir aos procuradores vale-refeição/alimentação, assim como de adequar o benefício das diárias, entre outros; falamos das enormes dificuldades relatadas pelos colegas quanto ao PGenet e falamos sobre a necessidade imperiosa de instituição de carreira específica de apoio na PGE SP”, relata a presidente Márcia Semer. Os colegas presentes tiveram ainda a satisfação de receber a visita do deputado estadual da região Hélio Nishimoto (PSDB), com quem as entidades de classe e os colegas puderam

travar conversa franca sobre os temas acima relacionados, além de mostrar a importância da PGE e a magnitude do trabalho que desenvolve, não só na região, mas em todo o Estado. Na sequência, estiveram todos os colegas no tradicional almoço que se segue às visitas da diretoria da Apesp. Na confraternização do almoço, contou-se também com a presença do colega e associado da Apesp Francisco Carlos, prefeito de Guaratinguera (PSDB), com quem foi possível conversar sobre as questões que afligem a carreira, entre outros assuntos menos áridos.



## Bate-papo com colegas e *happy hour* marcam visita da Apesp à PR5

No início de junho, a diretoria da Apesp esteve presente na PR de Campinas para se reunir e confraternizar com os colegas. Pela diretoria da Apesp, estiveram presentes a presidente Márcia Semer, a vice-presidente Tânia Lotto, a secretária geral Shirley Tomé, o diretor financeiro José Cabral Granado e a diretora social e cultural Marcia Zanotti. A comitiva foi integrada ainda pela representante dos aposentados Maria Inês de França Melo Pereira.

### REUNIÃO NA SEDE DA PR5

O encontro foi iniciado com uma reunião de trabalho, na qual foi possível colher os pleitos dos procuradores da Unidade e para divulgar a atuação da Associação em diversas frentes. O principal tema abordado foi o anteprojeto de LOPGE, com suas alterações secretas, e a grande adesão ao abaixo-assinado pelo retorno da proposta ao Conse-

lho da PGE – que já ultrapassou as 800 assinaturas. A presidente da Apesp Márcia Semer aproveitou para cumprimentar os procuradores de São Paulo pela retumbante demonstração de maturidade, comprometimento institucional e cidadania ao aderirem o abaixo-assinado. “Com elegância, serenidade, firmeza e determinação os procuradores de São Paulo mais uma vez mostram que sabem o que querem – e o que NÃO querem – e reafirmam, de forma exemplar, o compromisso de não abrir mão do dever de honrar a investidura que conquistaram”.

Ainda sobre a questão, foi distribuída aos colegas a cartilha informativa elaborada pela Apesp e que expõe de forma objetiva os principais pontos danosos – e repudiados pela carreira – do anteprojeto de LOPGE, tais como: fragilização institucional da PGE SP; excesso de centralismo de poder nas mãos do

procurador geral; previsão da defesa dos agentes e ex-agentes públicos pelos procuradores; retirada da ATL e AJG do âmbito da Casa Civil etc. O material tem sido entregue também aos integrantes do Poder Executivo, bem como aos deputados estaduais e lideranças partidárias.

Outros temas de interesse da carreira foram abordados: possibilidade de cumulação de pensão e proventos; criação do rateio de economia na PGE SP; resolução da GAE; ampliação dos contratos de locação de viaturas; adoção do teto do STF em Procuradorias estaduais de relevo, como por exemplo no Paraná, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. O entendimento já está muito avançado ainda nas PGEs RJ e RS. Além disso, a Anape levou o assunto ao Colégio Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE).

### HAPPY HOUR MEXICANO

Logo após a reunião na sede da Regional, foi a vez da diversão. Em um agradável congregar, colegas da ativa e aposentados se encontraram para um *happy hour* em clima mexicano no restaurante Dom Miguel. Saboreando tacos, quesadilhas e tortilhas, os colegas puderam colocar o “papo” em dia, em uma animação que adentrou a noite.



# Unidos, procuradores resistem ao anteprojeto de LOPGE

*Nas últimas semanas, os protestos por melhorias no país e contra os desmandos da classe política ganharam as ruas das cidades brasileiras. As manifestações, que começaram com uma reivindicação específica e pontual, cresceram de forma espontânea e passaram a questionar as instâncias de poder em todas as esferas. Com os procuradores do estado de São Paulo não foi diferente: a carreira tem resistido bravamente à tramitação do anteprojeto de Lei Orgânica da PGE, apresentado pelo procurador geral Elival da Silva Ramos ao governador Alckmin. Atualmente, a proposta encontra-se no âmbito da Casa Civil. A envergadura institucional da PGE, bem como suas importantes atribuições em defesa do interesse público, extrapola essa preocupação dos procuradores para toda a sociedade. Devido ao nítido caráter de esfacelamento das prerrogativas da PGE que a proposta enseja, alguns slogans surgiram naturalmente: "Com uma PGE forte, a corrupção é cortada pela raiz!"; "PGE valorizada! Povo feliz"; "Mais PGE; menos sonegação"; "PGE transparente! Estado transparente"; "O projeto de nova LOPGE não nos representa!". "A sociedade precisa saber que, se aprovado, o anteprojeto não representará um perigo apenas para os procuradores de São Paulo, mas sim um risco muito grave para todo o povo paulista", defende a presidente da Apesp Márcia Semer. Foi com esse objetivo que várias medidas foram empreendidas, tais como: i) mobilização perante os deputados estaduais e membros do Executivo; elaboração de um abaixo-assinado que já conta com mais de 800 assinaturas; iii) exposição da situação à mídia.*

## Presidente da Alesp recebe abaixo-assinado com mais de 800 assinaturas

Em junho, representantes da diretoria da Apesp, do Sindiproesp e conselheiros eleitos da PGE reuniram-se com o deputado Samuel Moreira para tratar do anteprojeto de LOPGE. O destaque foi a entrega do abaixo-assinado pelo retorno da proposta ao Conselho da PGE, subscrito por mais de 800 procuradores.

Na sala de reuniões do Colégio de Líderes, o presidente da Alesp Samuel Moreira recebeu na manhã de 12/06 – juntamente com o deputado Hélio Nishimoto, que se dedicou para viabilizar o encontro – representantes dos procuradores de São Paulo para tratar do anteprojeto de reformulação da Lei Orgânica da PGE. A presidente da Apesp Márcia Semer entregou primeiramente ao deputado o abaixo-assinado, subscrito até o momento por aproximadamente 800 colegas, solicitando o retorno da proposta para apreciação do Conselho da PGE. A diretoria da Associação esteve ainda representada por: secretária geral Shirley Tomé; diretor financeiro José Cabral Granada; diretora social e cultural Marcia Zanotti; diretor de comunicações Rafael Camargo Trida.

Além de expor as principais mazelas do anteprojeto que fragilizam institucionalmente a Procuradoria, Márcia Semer relatou ao presidente do Legislativo de São Paulo que a Apesp e o Sindiproesp – representado na reunião pelo tesoureiro geral Marcos Ribeiro de Barros – formalizaram requerimento ao procurador geral Elival da Silva Ramos com o mesmo objetivo

do abaixo-assinado: retomar as discussões sobre a proposta no Conselho da PGE, que é um órgão superior da carreira, após a perpetração de alterações secretas no texto original.

Por sua vez, os conselheiros eleitos também presentes à reunião – Derly Barreto e Silva Filho, Margarete Gonçalves Pedroso e Alexander Silva Guimarães Pereira – explicitaram que estiveram no Palácio do Governo, quando protocolizaram ofícios endereçados ao governador Geraldo Alckmin e ao secretário chefe da Casa Civil Edson Aparecido requerendo o retorno da proposta para apreciação do Conselho.

Diante do exposto, o presidente Samuel Moreira disse que está acompanhando o assunto há bastante tempo e que tem claro que a carreira está aberta ao diálogo sobre o tema da Lei Orgânica. Nesse sentido, colocou-se à disposição dos procuradores, adiantando que conversaria sobre a questão com o governador Alckmin.

## Atividades legislativas

Vale destacar que a diretoria da Apesp manteve reuniões sobre a questão com os deputados Fernando Capez (presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública) e Barros Munhoz (líder do governo na Assembleia).

## Agradecimento

Fundamental registrar o agradecimento de nossa entidade (Alesp) a todos os parlamentares (Samuel Moreira, Hélio Nishimoto, Fernando Capez e Barros Munhoz) que têm reiterada e respeitosamente ouvido os sucessivos relatos a eles apresentados sobre o tema, em exercício de democracia que temos certeza muito contribui para o conhecimento e reconhecimento da importância da PGE perante a bancada parlamentar paulista.



# Oposição dos procuradores à LOPGE ganha destaque na mídia

*A forte oposição da carreira ao anteprojeto de Lei Orgânica teve amplo destaque na mídia escrita, internet e no rádio. Em diversas oportunidades, a presidente Márcia Semer pode explicitar os motivos da objeção à proposta e os danos que a sua aprovação trariam para o Estado de São Paulo. Veja a seguir:*

## A Folha de S.Paulo publica artigo da presidente da Apesp sobre o anteprojeto de LOPGE

A FOLHA DE S.PAULO, NA SEÇÃO TENDÊNCIAS E DEBATES, PUBLICOU NA EDIÇÃO DE 08/07 O ARTIGO DE AUTORIA DA PRESIDENTE MÁRCIA SEMER. LEIA A ÍNTEGRA!

### UMA PROPOSTA QUE ASSOMBRA

**Os procuradores têm tentado dialogar para alterar os pontos prejudiciais no projeto de lei orgânica para a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. Em vão.**

Está para chegar ao governador Geraldo Alckmin, com proposta de encaminhamento à Assembleia Legislativa, minuta de projeto de lei elaborada pelo seu procurador geral do Estado, Elival da Silva Ramos.

O projeto reduz o controle dos procuradores do Estado de São Paulo sobre a legalidade de licitações, contratos, convênios e processos administrativos disciplinares.

Também oferece advogados do Estado, pagos pelos contribuintes, para a defesa de autoridades e ex-autoridades e cria no gabinete do procurador geral assessoria destinada apenas a defender o próprio procurador e o governador nas ações contra eles propostas.

Essa proposta de edição de nova lei orgânica para a PGE SP, que pretende modificar legislação modernizada recentemente – ainda na gestão José Serra –, foi enviada à Casa Civil do Estado e tem dado muito o que falar. Desde que souberam das mudanças propostas, os procuradores têm tentado em vão dialogar para alterar os pontos que consideram prejudiciais ao Estado.

A Apesp, entidade que presido e que congrega mais de 90% dos procuradores, entende fundamental a realização de amplo debate para melhorar e mesmo modernizar a advocacia prestada pela Procuradoria de São Paulo, para o bem do Estado e da população. Mas não concordamos com a gestão de propostas elabora-

das, como é o caso do projeto em comento, de uma forma unilateral, sem diálogo efetivo com os membros da carreira.

Preocupa sobretudo a fragilização do procurador da banca, transformando a advocacia de Estado numa advocacia de governo. O projeto ainda amplia o rol de cargos em comissão, aumenta assessorias diretamente ligadas ao procurador geral, fortalece seu poder para livres designações e atribui ao Conselho da Procuradoria do Estado, tradicionalmente um órgão superior, função de mero auxiliar do procurador geral.

No momento em que é mais sensível no país a preocupação com a lisura e o estabelecimento de mecanismos de fiscalização dos bens e serviços públicos, enfraquecer o controle sobre a legalidade dos negócios estatais, em verdadeira variante interna da PEC 37, é tudo de que não precisamos.

Na era do direito de acesso à informação, a proposta vem sendo gestada sob a marca da opacidade, o que motivou os membros eleitos do conselho a requererem diretamente ao governador a ciência sobre o conteúdo atual do projeto.

Os procuradores do Estado não admitem ser tratados como ocupantes de cargos de desconfiança. São os profissionais que produzem em seu cotidiano o controle da legalidade das licitações e contratos da Administração.

Se em muitos casos prevenir é melhor do que remediar, na tutela dos bens públicos a situação é ainda mais dramática. Quando o dinheiro se esvai sem controle, a chance de seu retorno é quase sempre remota. É por isso que a Constituição concebeu a Advocacia Pública como função essencial à Justiça, com atribuições estritas e indelegáveis: para evitar que a administração dos bens e interesses públicos se faça à sombra da legalidade e, com isso, produza monstros capazes de assombrar o futuro de todos nós.

MÁRCIA SEMER é presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (Apeps)

– O artigo teve também repercussão no Blog do Fred.

## CONHEÇA MAIS REPERCUSSÕES!

*“Segredo – O procurador-geral do Estado de São Paulo, Elival da Silva Ramos, mandou para a Casa Civil, em caráter sigiloso, proposta de mudança da Lei Orgânica da categoria. O texto não passou pelo Conselho da Procuradoria-Geral. Procuradores pedem audiência com Geraldo Alckmin para discutir o tema”.*

Fonte: Folha de S. Paulo, seção Painel, Vera Magalhães, de 28/05/2013.

*“Fogo amigo – Circula entre procuradores do Estado, desde semana passada, abaixo-assinado contrário à iniciativa de Elival Ramos – que comanda a PGE – de reformulação da carreira. O total coletado já passa de 700. Uma mudança, em especial, causa resistência: em alguns procedimentos, a palavra final caberá ao procurador-geral. O anteprojeto, que está nas mãos de Alckmin, será analisado pelo conselho do órgão”.*

Fonte: O Estado de S. Paulo, Coluna Direto da Fonte, Sonia Racy, de 05/06/2013.

*Presidente da Apesp Márcia Semer concede entrevista na rádio CBN – Na manhã de 24/06, a presidente da Apesp Márcia Semer concedeu uma entrevista ao jornalista Milton Jung no Jornal da CBN. O tema abordado foi o anteprojeto de Lei Orgânica da PGE. O áudio pode ser acessado no site [www.apesp.org.br](http://www.apesp.org.br), sendo que trecho da entrevista encontra-se entre 17 e 22 minutos.*

*“Procuradores em guerra – Está pegando fogo a relação dos procuradores do Estado (advogados do governo estadual) com o chefe da categoria, o procurador-geral Elival da Silva Ramos. Ele é defensor de um projeto de lei segundo o qual funcionários públicos (incluindo secretários e outras autoridades) poderão ser defendidos por esses profissionais em processos judiciais. “Somos responsáveis pela defesa do patrimônio e do interesse público, não temos de ajudar políticos acusados de corrupção, por exemplo”, esbraveja Márcia Semer, presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (Apeps), que conseguiu 800 nomes em um abaixo-assinado contra a proposta — o número é mais da metade do total de procuradores na ativa e aposentados. Para Ramos, quem reclama está temendo mais trabalho. “Minha intenção é que até gente de baixo escalão tenha direito à defesa sem precisar pagar advogado do próprio bolso.”*

Fonte: Veja São Paulo, seção Terraço Paulistano, de 30/06/2013.

*“Abaixo-assinado – Corre entre os procuradores do Estado de SP abaixo-assinado contra anteprojeto de reformulação da lei orgânica que regula a categoria (...)”.*

Fonte: Migalhas, de 28/06/2013.

*“Procuradores fazem abaixo-assinado contra Lei Orgânica – Mais de 800 procuradores e ex-procuradores do Estado de São Paulo assinaram uma petição solicitando o retorno da proposta de alteração da Lei Orgânica da classe formulada pelo procurador geral do Estado, Elival da Silva Ramos para apreciação do Conselho da PGE (...)”.*

Fonte: Conjur, Livia Scocuglia, de 24/06/2013.

# Em declaração ao jornal O Estado de S.Paulo, procurador geral do Estado desagrada toda a carreira

Em entrevista ao jornalista Fausto Macedo, do jornal O Estado de S. Paulo, em 13/06, o procurador geral Elival da Silva Ramos mencionou que cortou uma banda podre na PGE SP. A declaração constrangeu e ofendeu os procuradores de São Paulo. De pronto, Apesp e Anape apresentaram moções de repúdio, que foram lidas em sessão do Conselho da PGE. Ato contínuo, a Apesp ainda entregou ao presidente da OAB SP Marcos da Costa pedido formal de desagravo dos procuradores do Estado de São Paulo. Leia abaixo, a íntegra das moções de repúdio da Apesp e da Anape. Vale destacar que posteriormente o Sindiproesp e os conselheiros eleitos divulgaram moções no mesmo sentido.

## NOTA DE REPÚDIO PÚBLICO DA APESP

“A ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP) vem a público REPUDIAR VEEMENTEMENTE a manifestação do dr. Elival da Silva Ramos, procurador geral do Estado, em reportagem publicada no jornal O Estado de S. Paulo no último dia 13/06/2013 e subscrita pelo prestigioso jornalista Fausto Macedo, imputando a contrariedade da carreira ao projeto de edição de nova Lei Orgânica para a Procuradoria Geral do Estado e a uma anunciada atuação disciplinar rigorosa do comando institucional contra uma nominada BANDA PODRE da PGE/SP.

O REPÚDIO ora expresso decorre do caráter profundamente desrespeitoso, altamente depreciativo, verdadeiramente ofensivo e nada menos

que injurioso à Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e a seus profissionais constante das infelizes palavras do dr. Elival.

O REPÚDIO ora expresso decorre ainda do artifício absolutamente reprovável de escamotear a própria incapacidade de liderança, a criação de sucessivos entraves ao diálogo, a condução ineficiente, autoritária e antidemocrática da Instituição, atribuindo a contrariedade dos procuradores com todo o processo de elaboração e tramitação de projeto de Lei Orgânica à atuação corporativa ou covarde desses mesmos profissionais.

A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e os procuradores do Estado de São Paulo têm história e essa história merece respeito. Profissionais de mais alta qualificação compõem nossos quadros, homens e mulheres públicos de envergadura invejável que lutaram e lutam diariamente, mercê de seus elevados conhecimentos jurídicos, na edificação de um Estado que possa verdadeiramente chamar-se Democrático de Direito.

Nem temeroso, nem timorato. Esses não são termos que integram o vocabulário dos procuradores de São Paulo. E tanto é assim que nada menos que 800 procuradores subscreveram abaixo-assinado que constitui verdadeira moção de desconfiança ao projeto de Lei Orgânica que se busca impor a forças à Instituição.

Dignidade, respeito, democracia e república. Esses sim são mais que vocábulos, são VALORES que carregamos e que a sociedade brasileira pode ter certeza: deles NÃO abriremos mão.

A Diretoria

## MOÇÃO DE REPÚDIO DA ANAPE

“A Associação Nacional dos Procuradores de Estado e Distrito Federal – ANAPE e os presidentes das Associações de Procuradores de Estado de todo o país, abaixo assinados, reunidos em João Pessoa, Paraíba, durante reunião do Conselho Deliberativo da ANAPE, realizada no dia 13 de Junho de 2013, manifestam REPÚDIO à declaração do procurador geral do Estado de S.Paulo, dr. Elival da Silva Ramos, que, segundo reportagem publicada no jornal O Estado de São Paulo (Estadão), de 13 de junho de 2013, na seção Poder, reportagem de Fausto Macedo, diz: “Cortamos a banda podre. O governador demitiu dois procuradores. Mais de 30 processos disciplinares. A sociedade não sabe, a lei diz que não pode publicar. Estou propondo revogação”. Esta manifestação desrespeitosa, em nível nacional, ofende a todos os procuradores do Estado do Brasil, na medida que dá a entender que boa parte dos nossos membros está envolvida em irregularidades, quando sabemos que cada um de nós nos esforçamos para defender o ente público da forma mais competente possível. Não somos contra a punição daqueles que desonram a carreira, mas repudiamos toda e qualquer forma de generalização que denigre uma carreira formada por pessoas dignas e conscientes de seus direitos e obrigações para a sociedade, como fez o Dr. Elival, que, como procurador de carreira, deveria lutar pelo enaltecimento da classe e não denegrir a imagem do órgão a que pertence.”

## ESTRUTURA

### APÓS 3 ANOS DE GESTÃO, ATUAL GABINETE AINDA NÃO CRIOU UMA CARREIRA DE APOIO

As demais carreiras jurídicas do Estado vêm constantemente aprimorando o seu quadro de carreira de apoio. O exemplo mais recente foi a publicação da Lei Complementar n. 1.203, de 25 de junho de 2013, que criou mais de 500 cargos no quadro de apoio da Defensoria Pública.

Enquanto isso, passados três anos da atual gestão do Gabinete, a PGE ainda não conta com uma carreira de apoio. Após quase dois anos de gestação, um grupo de trabalho criado no âmbito do Gabinete apresentou um anteprojeto para criação de uma carreira de apoio própria para a Procuradoria.

O processo foi distribuído ao conselheiro Egidio Carlos da Silva que, até o fechamento da presente edição, ainda não entregou o seu relatório.

A carreira exige uma resposta mais rápida do Gabinete para um assunto tão importante e fundamental para melhorar as condições de trabalho nas Unidades. “Todos sabem que 2013 é o ano para se aprovar uma proposta dessa envergadura na Alesp. Em 2014, teremos eleições e Copa do Mundo. Não podemos mais protelar essa questão”, adverte a presidente Márcia Semer.

**ESTAMOS DE OLHO:** da mesma forma que a carreira de apoio, o processo de informatização da Consultoria ainda não foi efetivado, após três anos de gestão.



## Associado da Apesp e ex-procurador geral do Estado, Marcio Sotelo, integra Comissão da Verdade da OAB Federal

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil Marcus Vinícius Furtado Coêlho criou no último dia 15/05, por meio da Portaria 92/2013, a Comissão Especial da Verdade. O associado da Apesp e ex-procurador geral do Estado de São Paulo Marcio Sotelo Felipe compõe a Comissão, que tem também como membros: Henrique Neves Mariano (PE) – presidente; Ruy Hermann Araújo Medeiros (BA) – vice-presidente; e Eduardo Antonio Leão Coêlho (DF).

Para Marcio Sotelo Felipe, “o Brasil desperta para um acerto de contas com o passado. Chegou o tempo de resgatar a verdade, preservar a memória e, acima de tudo, fazer justiça, que é o que distingue a civilização da barbárie. Não podemos deixar para as futuras gerações a mensagem de que tivemos medo de escolher entre a civilização e a barbárie e que fizemos de conta que nada aconteceu, mesmo sabendo que 500 brasileiros foram mortos, milhares torturados e milhares tiveram suas vidas destruídas. Tudo embaixo do céu tem o seu tempo. Chegou o tempo da justiça”.

Segundo o presidente da Comissão Henrique Neves Mariano, “um dos objetivos da Comissão da OAB é exatamente contribuir para o fortalecimento da política de defesa da me-

mória e verdade, por meio de uma articulação institucional com as Comissões da Verdade já instituídas”. Mariano atua ainda na Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), em Pernambuco.

Já está definido que serão convidados para uma reunião em Brasília os coordenadores das comissões da memória e verdade existentes no Brasil, além de historiadores e entidades civis – uma vez que há casos que são estudados e investigados, simultaneamente, por mais de uma Comissão da Verdade. A Comissão pretende averiguar os tipos de perseguição à classe profissional dos advogados, que na época sofria com o jargão “advogado de comunista, comunista é”.

### FOTO HISTÓRICA: 18/07/1968 – MADRUGADA

“Madrugada do dia 18 de julho de 1968: o DOPS e a PM invadem o prédio da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e prendem 39 estudantes que o ocupavam. Até o dia anterior, centenas de estudantes participavam daquela ocupação, iniciada 25 dias antes, no dia 23 de junho. Mas, ante a iminência da invasão policial, uma assembleia realizada no dia 17 de julho deliberou que só um pequeno



grupo deveria permanecer durante a próxima madrugada (a madrugada do dia 18 de julho), apenas para impedir que o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) se adiantasse, invadisse a faculdade, depredasse suas instalações e jogasse a culpa nos estudantes que a ocupavam. Na foto (veja acima), os 39 estudantes presos descem, em fila indiana, a escada do primeiro andar para o andar térreo da faculdade, sob vigilância policial, para serem conduzidos ao DOPS”, depoimento do ex-presidente da Apesp (biênios 2002/2004 e 2004/2006) José Damião de Lima Trindade, que na foto está com a roupa mais clara e no meio da escadaria. A foto aparece no final do documentário “O dia que durou 21 anos”, exibido recentemente nos cinemas brasileiros, e foi gentilmente cedida por Vladimir Sacchetta (ICONOGRAPHICA). A suposição é que a fotografia tenha sido tirada pelo próprio DOPS, uma vez que na madrugada daquele dia 18 de julho de 1968, quando houve a invasão policial, não havia jornalistas presentes.

### TRIBUNAIS SUPERIORES

## Procurador do Rio de Janeiro toma posse como Ministro do STF

No último dia 26/06, o procurador do Estado do Rio de Janeiro Luís Roberto Barroso tomou posse como ministro do Supremo Tribunal Federal. Para a presidente da Apesp Márcia Semer, que prestigiou a solenidade, “é um orgulho para toda a Advocacia Pública brasileira ter mais um procurador integrando os quadros do Supremo. O dr. Luís Barroso junta-se agora à ministra Cármen Lúcia, que é procuradora do Estado de Minas. Destacamos ainda que os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes exerceram a chefia da AGU”. Publicamos a seguir um trecho da nota emitida pela Aperj, por ocasião da indicação do procurador fluminense ao STF: “(...) Luís Roberto Barroso ingressou nos quadros da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – PGE/RJ no dia 28 de junho de 1985, com 27 anos, aprovado em primeiro lugar no IV Concurso Público para ingresso na PGE/RJ. Durante a sua carreira, o procurador do Estado Luís Roberto Barroso foi membro do Conselho Editorial da Revista de Direito da Procuradoria

Geral do Estado. Ocupou o cargo de assessor do Gabinete da PGE/RJ e, em 1993, foi eleito membro do Conselho da Instituição. Exerceu ainda, em 1999, o cargo de procurador chefe do Centro de Estudos Jurídicos da PGE/RJ e, em 2001, foi designado para o Conselho Acadêmico da Escola Superior de Advocacia Pública do Estado (ESAP). Atuou recentemente pela PGE/RJ em causas com destaque no STF, como no julgamento da ADPF promovida pelo Estado do Rio de Janeiro, que resultou no reconhecimento da união estável homoafetiva em 2011 e na ADI ajuizada pelo Estado do Rio de Janeiro para questionar a constitucionalidade da lei de divisão dos royalties do petróleo neste ano. Casado e pai de dois filhos, o procurador Luís Roberto Barroso é professor titular de Direito Constitucional dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Bacharel em direito pela Universidade

do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutor em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre – Master of Laws (LL.M) pela Universidade de Yale nos EUA, ex-conselheiro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDPH), ex-membro da Comissão de Estudos Constitucionais da Ordem dos Advogados do Brasil (1999/2001) e autor de diversos livros e artigos publicados em revistas especializadas, no Brasil e no exterior”.



# Águas de Lindóia, com suas fontes minerais, abriga novamente o Encontro de Procuradores

## GALERIA DE IMAGENS



O agradável clima da cidade de Águas de Lindóia deu o tom ao XXII Encontro Estadual de Procuradores do Estado, realizado nos últimos dias 21, 22 e 23 de junho. O cenário foi novamente o Hotel Villa di Mantova: “Atendemos ao pedido de vários associados que, motivados com o sucesso do encontro realizado em junho de 2012, manifestaram o seu desejo para que repetíssemos o local do evento”, afirma Marcia Zanotti, diretora social e cultural da Apesp.

O Resort é uma propriedade cuidadosamente desenvolvida para se harmonizar com a topografia e o verde da região. Com 57 alqueires de matas e grotas nativas preservadas, os amplos espaços internos do hotel apresentam iluminação natural, dispensando iluminação elétrica durante o dia. Ademais, fontes exclusivas, com raras propriedades minerais, abastecem todo o resort, incluindo as piscinas.

Foi nesse clima de lazer e de prática esportiva, de descontração e muita harmonia que os 139 participantes (67 associados, 44 acompanhantes e 28 crianças) puderam curtir um delicioso final de semana. A programação de lazer apresentou: festa junina; equipe de recreação infantil; espaço Kids; jantares com música ao vivo; hidroginástica; caminhadas; atividades de bem-estar; atividades aquáticas; passeio rural; bingo. Dentre as atividades esportivas, podem-se destacar as partidas de futebol e o campeonato de tênis.

## BATE-PAPO COM A PRESIDENTE

A presidente da Apesp, Márcia Semer, reuniu na tarde de sábado (22/06) a maioria dos associados presentes para uma conversa sobre assuntos de interesse para toda a carreira. Conheça os principais tópicos abordados: anteprojeto de LOPGE; declaração do procurador geral ao Estado de São Paulo; criação de carreira de apoio e iniciativas da Apesp sobre o tema; reajuste aplicado pela Qualicorp aos planos de saúde SulAmérica e a mobilização da diretoria da Apesp junto com as demais entidades que integram a mesma carteira de segurados; etc.



**Campeonato de caipirinha:** um animado campeonato para se conhecer a melhor caipirinha divertiu a todos. O vencedor foi o colega Reinaldo Passos de Almeida; em 2º, lugar ficou Bruno Cunha Costa; em 3º, Margarete Gonçalves Pedroso.



**Campeonato de tênis:** durante o Encontro, um disputado torneio de tênis teve como vencedores Débora Sakamoto Bidurin (acima ao centro) e Luca de Freitas Cirenza (acima à direita, filho da ex-diretora financeira da Apesp Cristina Cirenza). Os segundos colocados foram Pedro Ivo Del Masso (foto abaixo ao centro) e Renato Cirenza (foto abaixo à direita). Nas duas fotos (à esquerda), o diretor de patrimônio e esportes Fábio Imbernom. Os quatro tenistas melhores colocados poderão voltar a desfrutar do conforto do Villa di Mantova, pois os dois primeiros lugares ganharam como brinde um final de semana em cortesia. Por sua vez, os dois segundos lugares terão 50% de desconto no final de semana.



**ATENÇÃO:** um completo álbum de fotos pode ser acessado no site <[www.apesp.org.br](http://www.apesp.org.br)>!

# Liberdade de escolha

A “Bela que Dorme”, produção ítalo francesa, sob a direção de Marco Bellocchio, é que indico como destaque nesta modesta coluna.

Este talentoso e criativo diretor italiano em cuja filmografia bem importante, por tratar de temas universais, destacam-se: “Bom dia, Noite” (2003, sobre o sequestro de Aldo Moro), o magnífico “Vincere” (2009, sobre a trajetória de Mussolini), “Irmãs Jamais” (2010, autobiográfico), em cartaz em abril deste ano e a meu ver o mais fraco deles e agora, em apenas um cinema de São Paulo, a “Bela que Dorme” (2012).

Baseado no rumoroso caso de Eluana Engaro que ficou 17 anos em estado vegetativo, “A Bela que Dorme” mistura cenas reais da discussão travada entre os diversos segmentos da sociedade italiana, em torno da liberdade de escolha do pai de Eluana para desligamento dos aparelhos para o suporte de sua vida.

Hábil, Bellocchio retrata com ironia, o fanatismo, a intransigência, o uso político deste fato, ocorrido na Itália, que bem poderia ter acontecido em qualquer outro país.

O filme se desenrola exatamente nos últimos seis dias de vida de Eluana onde os personagens

se encontram. São histórias diversas: do médico que resolve cuidar de uma drogada que desistiu de viver; da atriz famosa que abdica de sua vida familiar e artística para se dedicar à filha, em coma irreversível; de um senador da República que viveu drama parecido, e cuja consciência não permite votar uma lei que obsta a liberdade de escolha e o contraponto vivido por sua filha que se manifesta a favor da lei, ativista pela vida e que se apaixona por um jovem com posição diametralmente oposta.

De todas as resenhas e críticas feitas a este filme, que tem como tema principal o significado da vida, a liberdade de escolha, destaco parte da arguta observação de Neusa Barbosa feita no site Cineweb, cuja íntegra recomendo:

“Desde o seu longa de estreia, ‘De Punhos Cerrados’ (65) – realizado quando tinha apenas 26 anos –, o diretor italiano Marco Bellocchio define os pontos cardeais de um universo temático, que vem explorando ao longo de mais de quatro décadas com notável liberdade de pensamento e coerência: a família, a religião e o poder instituído, seja na política, na polícia ou no sistema hospitalar.

O pessoal e o coletivo se unem, mais uma vez, em ‘A Bela que Dorme’, o mais recente trabalho do cineasta, que competiu pelo Leão de Ouro no Festival de Veneza em 2012 e estreia em São Paulo e Belo Horizonte.

A história parte de um evento real, o caso Eluana Englaro, moça que ficou por 17 anos em coma na Itália e cujo pai lutou na justiça para desligar os aparelhos que a mantinham viva, em 2009.

Sem citar o nome de Eluana, mas remetendo claramente à batalha judicial e parlamentar que sacudiu a Itália em torno da eutanásia, Bellocchio afasta-se cada vez mais dos acontecimentos reais, usando-os como pretexto e pano de fundo para ficcionalizar e falar do que lhe interessa. Ou seja, de como o institucional pesa sobre a vida pessoal e vice-versa, em prejuízo da liberdade de pensamento e ação.”

No elenco Toni Servillo interpreta o senador; Alba Rohrwacher, sua filha; Isabelle Huppert, a atriz; Maya Sansa, a drogada; o veterano Roberto Herlitzka, o Aldo Moro de “Bom Dia, Noite”; e Pier Giorgio Bellocchio, o médico.

Mesmo nos papéis secundários o elenco é primoroso.

Não deixe de ver este filme que discute temas tão importantes e caros a todos.

Marcia J. S. Zanotti é diretora social e cultural da Apesp

## VISITAS MONITORADAS

### Em maio, visita monitorada foi à exposição Cai Guo-Qiang – Da Vincis do Povo

Em maio, o passeio foi à exposição **Cai Guo-Qiang – Da Vincis do Povo (Peasant da Vincis)**, em cartaz no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB-SP). “Internacionalmente reconhecido, o artista Cai Guo-Qiang apresenta sua primeira exposição individual no Brasil. Ganador do Leão de Ouro pela Bienal de Veneza, em 1999, e do aclamado Praemium Imperiale, em 2012, o artista traz a São Paulo engenhocas e invenções desenvolvidas em colaboração com inventores chineses amadores. A seleção de trabalhos presentes na exposição inclui uma série inédita dos desenhos feitos com pólvora, criados no CCBB Brasília especialmente para a exposição brasileira”.



### Exposição de quimonos e gravuras retrata a história da imigração japonesa em SP

Em 04/07, a Apesp realizou uma visita monitorada à exposição **“A Arte dos Quimonos e as Gravuras Japonesas do Acervo Artístico dos Palácios”**, em cartaz no Palácio dos Bandeirantes. Para contar a história dos 105 anos da imigração japonesa no Estado de São Paulo, a mostra reúne 30 gravuras – que integram o Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo – e quimonos – pertencentes ao Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil.



# Tema do curso de degustação foi os vinhos do "Novo Mundo"

Em maio, a Apesp realizou um novo curso de degustação de vinhos para iniciantes, ministrado por Aguinaldo Zäckia Albert. O curso neste ano abordou a produção de vinhos em países do "Novo Mundo": "Alguns países não-europeus produtores de vinho vêm obtendo merecido destaque perante a crítica internacional e o público consumidor. O estilo de seus vinhos, mais frutados e elaborados para serem consumidos mais jovens, e também sua alta qualidade têm encantado os apreciadores de vinho por todo o mundo. Muitos deles – como, por exemplo, a África do Sul e o Chile – já têm uma longa tradição vitivinícola que remonta ao século XVI, tendo toda uma história que merece ser conhecida, assim como devem ser degustados seus melhores vinhos. Essa foi a proposta desse ciclo de palestras e degustações".



O encerramento do curso foi no Restaurante Rosmarino, em Pinheiros

INFORME PUBLICITÁRIO

Procurador: o que você está esperando para ter acesso ao melhor da medicina pelo menor preço?

Só a parceria da APESP com a Qualicorp proporciona acesso aos melhores planos de saúde, com inúmeras vantagens para você, Procurador.



Os melhores planos pelo menor preço.



Ligue e confira:

**0800 799 3003**

De segunda a sexta, das 9 às 21h, e aos sábados, das 10 às 16h. [www.qualicorp.com.br](http://www.qualicorp.com.br)

SulAmérica: ANS nº 000043  
Unimed Paulista: ANS nº 301337

Menor preço: em comparação a produtos similares no mercado de planos de saúde individuais (tabela de abril/2013 – Unimed Paulista). Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. Os preços e a rede estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Julho/2013.

Qualicorp Adm. de Benefícios: ANS nº 417173